

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	3
5.4 - Alterações significativas	4

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	5
10.2 - Resultado operacional e financeiro	7
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	8
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	9
10.5 - Políticas contábeis críticas	12
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	13
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	14
10.8 - Plano de Negócios	15
10.9 - Outros fatores com influência relevante	16

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1. Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que está exposto o emissor, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros.

Riscos de mercado a que a Companhia está exposta, inclusive em relação a riscos cambiais e à taxa de juros:

Os riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta são provenientes do curso natural das atividades de suas controladas e do ambiente econômico no qual está inserida, sendo os principais:

Riscos de preços de produtos e insumos das controladas

A Companhia está exposta aos riscos relacionados à atividade da controlada Suzano Papel e Celulose, produtora de celulose de mercado e papéis, cujo portfólio inclui quatro linhas de produtos: papéis não revestidos, *cutsizes* ou papéis para escritório, papéis revestidos e papel cartão.

Os preços dos produtos da controlada Suzano Papel e Celulose, principalmente os da celulose, são determinados pelas condições de oferta e demanda nos mercados internacionais, existindo pouca margem de controle sobre os mesmos. Os preços de papéis, por sua vez, são influenciados pelas oscilações de preços da celulose, além das condições macroeconômicas e de oferta e demanda nos mercados específicos de comercialização. Os preços dos produtos sofrem também a influência das taxas de câmbio entre as moedas dos principais países produtores e consumidores, que influem nas condições de oferta e demanda nos diferentes mercados.

A Companhia também está exposta a riscos relacionados a itens de custos da Suzano Papel e Celulose, sendo o principal deles a oscilação de preços de mercado de insumos utilizados na fabricação e comercialização de seus produtos, tais como óleo combustível, soda cáustica, clorato de sódio e petróleo.

Riscos cambiais e taxa de juros

Considerando que mais de 50% das receitas líquidas de venda da controlada Suzano Papel e Celulose são provenientes de exportações com preços denominados em Dólares e que a maior parte de seus custos é denominada em Reais, há forte exposição da geração de caixa operacional à taxa de câmbio entre o Real e o Dólar.

Para compensar parte desta exposição estrutural, a controlada Suzano Papel e Celulose optou por reduzir a volatilidade potencial do fluxo de caixa proveniente do descasamento de moedas, com a contratação de linhas de financiamento a custos mais baixos do que os do mercado local, mediante financiamentos de exportações, o que faz com que parte da dívida também oscile em função da variação da taxa de câmbio entre o Real e o Dólar. Dessa forma, a captação de financiamentos e a política de *hedge* cambial da controlada Suzano Papel e Celulose são norteadas pelo fato de que mais de 50% de sua receita líquida é proveniente de exportações com preços em Dólares, enquanto a maior parte dos custos de produção está atrelada ao Real.

Como consequência, quando o Real deprecia em relação ao Dólar, verificam-se dois efeitos: (i) o primeiro, imediato e pontual, refere-se ao aumento do valor em Reais da dívida denominada em Dólares; e (ii) o outro, mediato e permanente, é dado pelo aumento da geração operacional de caixa. O contrário ocorre sempre que o Real aprecia.

Em relação aos ativos e passivos financeiros da controlada Suzano Papel e Celulose, além dos riscos cambiais há também a exposição a taxas de juros flutuantes, como o CDI - Certificado de Depósito Interbancário - CDI, divulgado pela Cetip, e a TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada pelo Banco Central do Brasil, e a índices de preços e de correção, como o IGP-M - Índice Geral de Preços do Mercado e a TR - Taxa Referencial.

A dívida da controlada Suzano Papel e Celulose atrelada à taxa de juros variável em dólares norte-americanos consiste principalmente em empréstimos incluindo operações de pré-pagamento de exportações e empréstimos em bancos comerciais e organizações multilaterais. Em geral, estas dívidas são indexadas à Taxa Libor (*London Interbank Offered Rate*). O *hedge* natural entre a flutuação das taxas de juros norte americanas e dos preços da celulose atenua a volatilidade do fluxo de caixa da controlada. No caso de um desbalanceamento deste *hedge* natural, a controlada analisa a contratação de instrumentos financeiros para obter a proteção desejada.

Para mais detalhes sobre a descrição quantitativa, vide item 10.1.f deste Formulário de Referência.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**5.2. Política de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia, objetivos, estratégias e instrumentos:****a) Riscos para os quais se busca proteção**

A Companhia não faz uso de qualquer instrumento financeiro de proteção patrimonial, sendo o nosso principal risco de mercado as eventuais oscilações em índices e taxas de juros, já que não possuímos qualquer risco cambial. O risco cambial está restrito à nossa controlada Suzano Papel e Celulose, conforme identificado no item 10 deste Formulário de Referência e no formulário de referência da referida controlada.

b) Estratégia de proteção patrimonial (hedge)

NÃO APLICÁVEL. A Companhia não possui qualquer instrumento financeiro de derivativos para proteção patrimonial, porém a controlada Suzano Papel e Celulose o tem, conforme identificado no item 10 deste Formulário de Referência e no formulário de referência da referida controlada.

c) Instrumentos utilizados para a proteção patrimonial (hedge)

NÃO APLICÁVEL. Vide item "b" acima.

d) Parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos

NÃO APLICÁVEL.

e) Instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge)

NÃO APLICÁVEL. A Companhia não utiliza instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial.

f) Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

NÃO APLICÁVEL. A Companhia não dispõe de estrutura organizacional específica de controle de gerenciamento de riscos, porém a controlada Suzano Papel e Celulose o tem, conforme identificado no seu Formulário de Referência.

g) Adequação da estrutura operacional de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia não adota estrutura organizacional para verificação da efetividade de sua política de controle de gerenciamento de riscos, porém temos como prática a análise constante dos riscos aos quais estamos expostos e que possam afetar nossos negócios, situação financeira e os resultados de nossas operações de forma adversa. Estamos constantemente monitorando mudanças no cenário macro-econômico e setorial que possam influenciar nossas atividades, através de acompanhamento dos principais indicadores de performance. Adotamos política de foco contínuo na disciplina financeira e na gestão conservadora de caixa.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3. Alterações significativas nos principais riscos de mercado ou na política de gerenciamento de risco em relação ao último exercício social:

Em relação ao último exercício social não houve alteração quanto à exposição da Companhia aos riscos de mercado e quanto à política de gerenciamento de riscos adotada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

5.4. Outras informações relevantes:

Todas as informações relevantes pertinentes a esta seção foram divulgadas nos itens 5.1. a 5.3. acima.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1. OS COMENTÁRIOS A SEGUIR REFEREM-SE ÀS 3 ÚLTIMAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO SOCIAL.

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria entende que a Companhia possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para cumprir suas obrigações de curto e médio prazos.

Nos exercícios de 2011, 2010 e 2009 a Companhia registrou, respectivamente, lucro líquido de R\$ 17,2 milhões, R\$ 233,7 milhões e R\$ 260,7 milhões. A geração de caixa operacional, medida pelo EBITDA, foi, respectivamente, de R\$ 1.263,2 milhões, R\$ 1.671,4 milhões e R\$ 1.155,6 milhões, nos mesmos períodos, demonstrando a consistência dos resultados operacionais da Companhia e de suas controladas.

Indicadores adicionais sobre as condições patrimoniais e financeiras da Companhia são apresentadas no item "10.1.b" abaixo.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando (i) hipóteses de resgate; e (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

O patrimônio líquido da Companhia, em 31 de dezembro de 2011, era de R\$ 2.794,8 milhões, representando um decréscimo de 0,60%, ou R\$ 16,8 milhões, em relação a 31 de dezembro de 2010, e acréscimo de 15,32%, ou R\$ 371,3 milhões, em relação a 31 de dezembro de 2009. Esta variação é explicada, em sua maior parte, pelo aumento de capital em ações de R\$ 206,9 milhões, mediante a subscrição particular de 15.597.892 ações ordinárias e 835.255 ações preferenciais, com créditos decorrentes de Adiantamentos efetuados para Futuro Aumento de Capital em 2010. O lucro apurado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009 foi de R\$ 17,2 milhões, R\$ 233,7 milhões e R\$ 260,7 milhões, respectivamente, e foram distribuídos juros sobre capital próprio e dividendos aos acionistas nos montantes de R\$ 25,5 milhões, R\$ 64,6 milhões e R\$ 66,9 milhões, nos mesmos períodos.

Não há previsão no Estatuto Social da Companhia de resgate de ações e não existe, no curto prazo, previsão ou intenção da administração da Companhia de propor realização de tal evento.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Diretoria trabalha com o compromisso de manter o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia pautando seus projetos de crescimento em suas receitas de dividendos.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As fontes de recursos da Companhia são provenientes de dividendos e juros sobre capital próprio recebidos de suas controladas, além de aportes de acionistas para investimentos em controladas, aplicações financeiras e novos negócios.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia possui um nível confortável de liquidez, com geração de caixa consistente pelo recebimento de dividendos. Dessa forma, a Diretoria entende desnecessária, neste momento, a utilização de quaisquer fontes de financiamento adicionais com o intuito de cobertura de deficiências de liquidez.

As fontes de financiamento utilizadas em 31 de dezembro de 2011 pela Companhia para investimentos de curto e longo prazo estão indicadas nos itens "10.1.d." e "10.1. f.".

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

f) Níveis de endividamento e características das dívidas, indicando (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; e (iv) eventuais restrições impostas à Companhia

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia possuía contrato de empréstimo junto ao BNDESPAR, no valor de R\$59,9 milhões, taxa média de juros de 4,5% ao ano e vencimento da última parcela em novembro de 2016, além de um contrato de mútuo com sua controlada Nemopar S.A., sediada no Uruguai, com saldo no valor de US\$ 160 milhões e vencimento em setembro de 2020.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

NÃO APLICÁVEL.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Em junho de 2011, a Companhia adquiriu 405.862 debêntures mandatoriamente conversíveis em ações, emitidas pela controlada Suzano Papel e Celulose, no montante de R\$ 432,0 milhões, remuneradas pelo IPCA mais juros de 4,5% a.a. Os recursos desta aquisição foram provenientes de créditos de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital, efetuados pelos sócios.

Aumento de Capital: A Assembléia Geral Extraordinária de 08 de abril de 2010 aprovou o aumento de capital no valor de R\$ 206,9 milhões, mediante a subscrição particular de 15.597.892 ações ordinárias e 835.255 ações preferenciais, com créditos decorrentes de Adiantamentos efetuados para Futuro Aumento de Capital.

Empréstimos: Em 2010 a Companhia contratou um empréstimo junto ao BNDESPAR no montante de R\$72,2 milhões para aquisição de 5.263.014 ações ON da controlada Suzano Papel e Celulose.

Dividendos: nos exercícios de 2011, 2010 e 2009 foram distribuídos Juros sobre Capital Próprio e dividendos nos montantes de R\$ 25,5 milhões, R\$ 64,6 milhões e R\$ 66,9 milhões, respectivamente.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**10.2. Os comentários a seguir referem-se às 3 últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social****a) Resultados das operações da Companhia, em especial: (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; e (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais**

O lucro líquido da Suzano Holding no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$ 17,2 milhões, em comparação ao lucro líquido de R\$ 233,7 milhões em 31 de dezembro de 2010, e um lucro líquido de R\$ 260,7 milhões em 31 de dezembro de 2009. O principal fator que contribuiu para a redução do lucro em relação aos períodos de 2010 e 2009, foi o resultado da equivalência patrimonial apurado sobre o investimento na controlada Suzano Papel e Celulose, decorrente da redução do lucro dessa controlada, nos mesmos períodos. Outro fator registrado em 2011 foi a elevação das despesas operacionais líquidas, principalmente as despesas de participação nos resultados e despesas de consultoria.

(em milhares de reais)

	Exercícios findos em		
	31 de dezembro		
	2011	2010	2009
Equivalência patrimonial	46.705	231.611	188.306
Despesas operacionais, líquidas	(47.712)	(32.194)	(22.042)
Resultado financeiro líquido (1)	10.132	34.270	134.075
Imposto de renda e contribuição social	8.064	21	(39.671)
Lucro líquido	17.189	233.708	260.668
Abertura da equivalência patrimonial por controlada			
Suzano Papel e Celulose S.A.	7.465	234.242	288.739
Premesa S.A. e Nemonorte Imóveis e Part. Ltda.	5.703	4.908	1.096
	13.168	239.150	289.835
Nemopar S.A. e Nemopar Investimentos Ltd. (1)	33.537	(7.539)	(101.529)
	46.705	231.611	188.306

(1) Ganho (perda) sobre o investimento em moeda estrangeira, compensada com a (perda) ganho financeiro sobre o empréstimo externo com a controlada Nemopar S.A., influenciado pela variação do real em relação ao dólar. A Companhia passou a ter controle direto na Nemopar S.A., após a dissolução da controlada Nemopar Investimentos Ltd. em 22 de junho de 2011.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Não aplicável, devido à natureza das operações da Companhia.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Não aplicável, devido à natureza das operações da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3. Comentários dos Diretores em relação aos efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado, bem como seus impactos nas demonstrações financeiras e resultados da Companhia:

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional no período em questão.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

A Companhia adquiriu 405.862 debêntures mandatoriamente conversíveis em ações, emitidas pela controlada Suzano Papel e Celulose, no montante de R\$ 432,0 milhões, com créditos decorrentes de Adiantamentos efetuados para Futuro Aumento de Capital.

A Companhia adquiriu do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) 5.263.014 ações ON resultante da conversão de debêntures da controlada Suzano Papel e Celulose, através de empréstimo junto ao BNDESPAR, no valor de R\$72,2 milhões.

c) eventos ou operações não usuais

Não houve eventos ou operações não usuais no período em questão.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**10.4. Os comentários a seguir referem-se aos 3 últimos exercícios sociais****a) Mudanças significativas nas práticas contábeis****Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis**

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da CVM e os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo CPC, e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standard – IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* ("IASB").

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:

A Companhia preparou o seu balanço de abertura com data de transição de 1º de janeiro de 2009, portanto aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva completa conforme estabelecido nos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo CPC, e aprovadas pela CVM para as demonstrações contábeis individuais e consolidadas; e conforme o padrão contábil internacional ("IFRS"), emitidos pelo International Accounting Standards Board – IASB para as demonstrações contábeis consolidadas.

Os balanços patrimoniais do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, tomados como base para a transição para as regras do IFRS, em 1º de janeiro de 2009, e do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 estão sendo apresentados abaixo:

Balanço de Abertura em 1º de janeiro de 2009			
Controladora			
	De acordo com as práticas contábeis anteriores	Ajustes	Aplicação integral dos CPCs
Ativo Circulante	86.592	(709)	85.883
Caixa e equivalentes de caixa	77.013	-	77.013
Tributos a recuperar	2.876	-	2.876
Tributos diferidos	709	(709)	-
Outros ativos circulantes	5.994	-	5.994
Ativo Não Circulante	1.789.982	1.061.315	2.851.297
Ativo Realizável a Longo Prazo	185.335	(2.876)	182.459
Investimentos	1.602.867	1.064.191	2.667.058
Imobilizado	1.780	-	1.780
Ativo Total	1.876.574	1.060.606	2.937.180
Passivo Circulante	8.142	(8)	8.134
Tributos diferidos	8	(8)	-
Outras obrigações	8.134	-	8.134
Passivo Não Circulante	695.475	(3.577)	691.898
Empréstimos e financiamentos	-	-	-
Tributos diferidos	66.319	(3.577)	62.742
Provisões e outras obrigações	629.156	-	629.156
Patrimônio líquido pertencente aos controladores	1.172.957	1.064.191	2.237.148
Passivo Total	1.876.574	1.060.606	2.937.180

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Balanço em 31 de dezembro de 2009			
Controladora			
	De acordo com as práticas contábeis anteriores	Ajustes	Aplicação integral dos CPCs
Ativo Circulante	154.735	(632)	154.103
Caixa e equivalentes de caixa	67.609	-	67.609
Tributos a recuperar	11.541	-	11.541
Tributos diferidos	632	(632)	-
Outros ativos circulantes	74.953	-	74.953
Ativo Não Circulante	1.903.252	1.073.517	2.976.769
Ativo Realizável a Longo Prazo	20.1947	(4.575)	197.372
Investimentos	1.699.832	1.078.092	2.777.924
Imobilizado	1.473	-	1.473
Ativo Total	2.057.987	1.072.885	3.130.872
Passivo Circulante	75.498	(170)	75.328
Tributos diferidos	170	(170)	-
Outras obrigações	75.328	-	75.328
Passivo Não Circulante	637.034	(5.037)	631.997
Empréstimos e financiamentos	-	-	-
Tributos diferidos	103.800	(5.037)	98.763
Provisões e outras obrigações	533.234	-	533.234
Patrimônio líquido pertencente aos controladores	1.345.455	1.078.092	2.423.547
Passivo Total	2.057.987	1.072.885	3.130.872

Apresentamos a seguir as conciliações entre as práticas contábeis anteriormente adotadas com as novas práticas contábeis, dos saldos do patrimônio líquido e resultado:

	Controladora	
	2009	01/01/2009
Patrimônio Líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores:	1.345.455	1.172.957
Efeitos decorrentes das novas práticas:	1.078.092	1.064.191
Equivalência patrimonial	1.078.092	1.064.191
Patrimônio Líquido pertencente aos controladores apurado de acordo com as novas práticas contábeis	2.423.547	2.237.148

	2009
	Controladora
Resultado de acordo com as práticas contábeis anteriores:	239.423
Efeitos decorrentes das novas práticas:	21.245
Equivalência patrimonial	21.245
Resultado pertencente aos controladores apurado de acordo com as novas práticas contábeis	260.668

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**

Não houve ressalvas no parecer dos auditores independentes para os períodos apresentados.

No parecer dos auditores foi incluído um parágrafo de ênfase relacionado às demonstrações contábeis da Controladora, ressaltando que aqueles números não estão em conformidade com as normas do IFRS, exclusivamente pela aplicação do método de equivalência patrimonial sobre os investimentos, visto que de acordo com as regras do IFRS, estes investimentos seriam avaliados pelo seu valor de custo ou valor justo.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5. Comentários dos Diretores em relação às políticas contábeis críticas da Companhia (inclusive estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros):

Políticas contábeis críticas

a) Provisões

As provisões são reconhecidas no balanço patrimonial para aquelas situações que apresentam, na data das demonstrações contábeis, grau de risco provável de desembolso futuro, e que possam ser mensuradas com segurança. As provisões para contingências são classificadas como tributárias, previdenciárias, trabalhistas e cíveis.

b) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração, para determinação do valor a ser registrado nessas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: a análise de recuperação dos valores investidos; o imposto de renda e contribuição social diferidos não reconhecidos; as taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos; e a necessidade de provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6. Comentários dos Diretores sobre controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:****a) Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

Para auditar os resultados e a eficácia dos controles internos e práticas contábeis, a Companhia recorre a auditorias internas e externas. Os serviços de auditoria externa são prestados pela empresa Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., com a qual a Companhia mantém contrato desde 2004 e cujos trabalhos possibilitam o aprimoramento dos controles internos, em especial relacionados a aspectos fiscais, contábeis e de tecnologia da informação. A partir de 1º de janeiro de 2012 o serviço de auditoria independente será realizado pela KPMG Auditores Independentes.

A área de auditoria interna, por sua vez, contribui significativamente para o aprimoramento dos processos e direcionamento das oportunidades de melhoria identificadas por meio de planos de ação tratados com prioridade pelas áreas. Além disto, tanto o plano de auditoria, como o resultado das respectivas auditorias, são apresentados para a Administração da Companhia.

Dessa forma, os Diretores acreditam que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações contábeis é satisfatório e está atenta às novas tecnologias e investimentos em seus controles a fim de aprimorá-los cada vez mais.

b) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Os auditores externos da Companhia, durante a execução de seus trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis, identificaram necessidade de aprimoramento em determinados controles internos e fizeram recomendações à Administração, sendo que tais recomendações não representam deficiências que possam impactar significativamente as demonstrações contábeis da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7. Comentários dos Diretores acerca dos aspectos referentes a eventuais ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários:

a) Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não aplicável.

b) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável.

c) Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**10.8. Descrição dos Diretores sobre os itens relevantes não evidenciados nas últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social da Companhia:**

a) Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial, tais como: (i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; (ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; (iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; (iv) contratos de construção não terminada; e (v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Companhia não possui nenhum ativo ou passivo material que não esteja refletido em suas Demonstrações Financeiras. Todas as suas participações em subsidiárias ou relacionamentos com as mesmas encontram-se registrados nas Demonstrações Financeiras.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9. Comentários dos Diretores sobre cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8:

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não aplicável.

b) Natureza e propósito da operação

Não aplicável.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável.
